



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua
Processo:	02285178820208060001
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	02/02/2022 10:35:38

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	--

**Documentos**

Petição:	2723108_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_01 - 1- 3.pdf
----------	---



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

Processo n.º 02285178820208060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DANILO ALISON MIRANDA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

#### **DA LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO**

#### **DA AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUDALIDADE**

Cumprе ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez no **MEMBRO SUPERIOR DIREITO**.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no MEMBRO SUPERIOR DIREITO seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistе nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima no **MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

EXA., VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO NA DATA DO ALEGADO ACIDENTE INDICANDO LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, CAPAZ DE COMPROVAR QUE A INVALIDEZ ALEGADA NO REFERIDO MEMBRO TENHA DECORRIDO DO SUPOSTO SINISTRO!!!



INSTITUTO DR. JOSE FROTA



Emitido em: 15/02/2019 8:45:8

Por: EDUARDO MOREIRA

## Registro de Atendimento Emergencial

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL						DATA/HORA: 19/11/2018 09:24:39	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
CNS: 700009800782804	NOME: DANILO ALISON MIRANDA CRUZ				Registro: 5590255		
CPF: 05226077300	RG: 20000024307	D. NASC: 02/02/1987	ESTADO CIVIL:	SEXO: M	RAÇA/COR: Parda		
NOME DA MÃE: MARIA GORETTE MIRANDA CRUZ				NOME DO PAI: JOSE AMARILDO DA CRUZ			
TIPO DE LOGRADOURO: Rua	ENDEREÇO DO PACIENTE: EINSTEIN			Nº: 2446	BAIRRO: PARQUE SAO JOSE		
COMPLEMENTO:	TELEFONE: 985487884,	MUNICÍPIO: FORTALEZA		UF: CE	CEP: 60730520		
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL							
NOME: SAMU USA 04 COND DENIS			PARENTESCO: A MAE		TELEFONE: 985487884		
ACIDENTE DE TRABALHO							
TIPO DE VÍNCULO:	CBO DO EMPREGADO:	CNPJ DO EMPREGADOR:		COSIDO DO CNAER:			
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Colisão com um objeto fixo ou parado.							
QUEIXAS: COLISAO MOTO/POSTE APRESENTANDO TRAUMA NA CABEÇA +ENTUBADO + GRAVE+ FRATURA DE PUNHO E							
OBSERVAÇÕES: TCE/RESP. INADEQUADA							
SINAIS VITAIS							
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Publica	Escala de Dor: Sem dor		PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: VERMELHO				
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:							
ATENDIMENTO MÉDICO							

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no **MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no **MEMBRO SUPERIOR DIREITO** e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada no **MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

### **DA LESÃO CRANIOFACIAL E PUNHO**

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos

médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

**DO LMI DE R\$ 13.500,00**

**PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

Cumpre salientar que na data de **31 de Maio de 2007**, entrou em vigor a **Lei 11.482,07**, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92.

Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT. Vejamos:

*Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*"art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*(...)."*

Deste modo, vem à parte Ré ressaltar que não há que se falar em recebimento de indenização em valor superior ao limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, conforme estabelecido na Lei 11.945/2009, ou seja, nos casos de invalidez permanente a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber além deste valor, o que levaria a parte autora a beneficiar-se economicamente as expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 1 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**